

ATA DA 89ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às 14h00min, foi
2 realizada, a **89ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**,
3 na Rua São Bento nº 405, Edifício Martinelli, 15º Andar, Sala 154 - Auditório com
4 transmissão ao vivo via YouTube, conforme a Portaria nº 17 complementada pela
5 Portaria nº 19/2020/SMDU.G; **Pauta da reunião: 1.** Comunicações Gerais; **2.** Informes
6 sobre as Oficinas dos Planos de Ação das Subprefeituras; **3.** Nova governança da
7 política municipal de segurança hídrica na SMUL e etapas de construção do Plano
8 Municipal de Saneamento Ambiental Integrado (PMSAI); **4.** Apresentação sobre o
9 Concurso Nacional de Elementos de Mobiliário Urbano para a Cidade de São Paulo; 01)
10 A Presidente Suplente, Sra. Julia Maia Jereissati, iniciou a reunião às 14h41min,
11 cumprimentando as Conselheiras e os Conselheiros, na sequência a Sra. Elisabete
12 França assumiu a presidência, dando continuidade às comunicações gerais: foi
13 comunicada a retificação da pauta da 89ª Reunião Ordinária, publicada na página 76 do
14 Diário Oficial de São Paulo de 21 de agosto de 2025; posse dos representantes do
15 Poder Público, Sra. Luciana Carla Gomes (Titular) e a Sra. Madaí Matias Mello (Suplente)
16 pela Macrorregião Norte 1, designadas pela Portaria SGM nº 187, de 14 de julho de
17 2025, publicada no D.O.C. de 15 de julho de 2025; do Sr. Roberto Cardoso Ferreira
18 (Titular) e a Sylvania Carolina Silva Aragão Caetano (Suplente) pela Secretaria Municipal de
19 Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC, designados pela Portaria SGM nº 191, de 15
20 de julho de 2025, publicada no D.O.C. de 16 de julho de 2025; ciência das ausências
21 justificadas dos representantes: Sr. Fernando Henrique Gasperini (Titular) da SMUL, Sr.
22 André Leirner (Titular) do CPM – Macrorregião Oeste, Sra. Maria Frydda Emanuely
23 Gonçalves Monteiro (Titular) do CMPD, Sra. Daniela Ferrari (Titular) do
24 SINDUSCON/SP, e Sra. Severina Ramos do Amaral Silva (Titular) da UMM, conforme
25 Art. 6º da Resolução SMUL.ATECC.CMPU/001/2025 (Regimento Interno); ciência da
26 renúncia da Conselheira do CPM no CMPU pela Macrorregião Leste 1, Sra. Luciana
27 Leone (Suplente) e ciência da renúncia no CPM de Conselheira indicada para o CMPU
28 pela Macrorregião Norte, Sra. Luciana Aparecida Picolo, informando que serão tomadas
29 as providências necessárias para substituição; ciência das atas da 73ª e 84ª Reuniões
30 Ordinárias, e da 42ª e 54ª Reuniões Extraordinárias e ciência da Resolução
31 SMUL.ATECC.CMPU/002/2025, publicada na página 57 do Diário Oficial de São Paulo
32 de 26 de agosto de 2025, que trata da Criação do Grupo de Trabalho do CMPU para
33 discussão de metodologia de participação social para o planejamento, monitoramento e
34 avaliação de políticas públicas; 02) Com relação ao segundo item da pauta, a Sra. Sueli
35 Guerreiro Morales, representante titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e
36 Licenciamento no CMPU e Coordenadora de Participação Social da SMUL, fez os
37 informes sobre as Oficinas dos Planos de Ação das Subprefeituras, seguido de debates;
38 03) Durante os debates, o representante titular da Universidade Nove de Julho
39 (UNINOVE), Sr. Daniel Todtmann Montandon, perguntou se teria uma devolutiva sobre
40 os apontamentos e dúvidas elencados em reunião anterior sobre o Programa de Metas



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

41 da Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo; a Secretária Executiva esclareceu que
42 em relação ao Programa de Metas, apresentado na 87ª e 88ª Reunião Ordinária,
43 realizadas respectivamente em 24/04/2025 e 10/07/2025, as Secretarias ficaram com
44 a competência de avaliar esses apontamentos, mas que ainda não houve uma devolutiva
45 aqui para o CMPU; o Conselheiro solicita então que fique registrada a necessidade de
46 retorno ao CMPU; 04) A Presidente aproveitou para realizar o convite para que os
47 Conselheiros e Conselheiras se inscreverem para participar do Seminário “Urbanismo
48 em Pauta”, com o tema “Como o Plano Diretor, o Zoneamento e outras leis ajudam a
49 planejar a cidade”, que ocorrerá no Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo no
50 dia 29 de agosto das 13h30 às 17h30; 05) Na sequência, foi realizada apresentação do
51 item 3 da pauta, sobre “Nova governança da política municipal de segurança hídrica na
52 SMUL e etapas de construção do Plano Municipal de Saneamento Ambiental Integrado
53 (PMSAI)”, pelo Sr. Diego Xavier Leite, coordenador da Coordenadoria de Segurança
54 Hídrica - COSH da SMUL, seguida de debates; 06) Sobre o quarto item da pauta, o Sr.
55 Guilherme Henrique Fatorelli Del’Arco, representante titular da São Paulo Urbanismo
56 no CMPU, Assessor da Presidência da São Paulo Urbanismo e presidente da
57 Coordenação do Concurso Nacional de Projetos de Mobiliário Urbano para São Paulo,
58 fez a apresentação sobre o Concurso Nacional de Elementos de Mobiliário Urbano para
59 a Cidade de São Paulo, seguido de debates; 07) Por fim, em complemento às
60 comunicações gerais, foi comunicada a ausência justificada conforme Art. 6º da
61 Resolução SMUL.ATECC.CMPU/001/2025 (Regimento Interno) da Sra. Marilene
62 Ribeiro de Souza (Suplente) da UMM, bem como ciência dos processos SEI nº
63 6068.2025/0007737-8 referente ao Ofício PJHURB nº 5401/25 - 1º PJHURB que trata
64 sobre Ausência de participação social no planejamento urbano – CMPU, e SEI nº
65 6068.2025/0007724-6 referente ao e-mail que trata sobre Requerimentos de
66 Conselheiros da Sociedade Civil - Grupo de Trabalho em Metodologia da Participação
67 Social para o Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do
68 Conselho Municipal de Política Urbana; 08) Foi comunicado ainda, que a reunião de
69 outubro do CMPU será antecipada em razão do término do mandato em 23/10/2025
70 dos atuais Conselheiros(as) eleitos(as) da sociedade civil referente ao biênio 2023/2025;
71 com a palavra, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, informou
72 sobre o recebimento de e-mail, datado de 23/08/2025, em nome da Conselheira
73 Renata Esteves de Almeida Andretto e de diversos outros conselheiros do CMPU,
74 referente ao pedido de alteração de pauta. Foi esclarecido que já se tinha uma pauta
75 preparada, que inclusive teve que ser alterada para entrar outros assuntos que
76 precisavam passar nesse momento, e que, por isso, não teve, por enquanto, o
77 atendimento do pedido da inclusão de pauta encaminhada pelos conselheiros; com a
78 palavra, o Conselheiro Titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião
79 Leste 1, Sr. Marcelo de Souza, informou sobre a renúncia da Sra. Luciana Leone,
80 Suplente da ACPM do Aricanduva; em sequência, comunicou que, na data anterior à
81 reunião, foi realizada eleição para a substituição da referida conselheira, sendo eleita a
82 nova Conselheira Michele, representante da CPM da Penha, a qual encontrava-se



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

83 presente na reunião; ressaltou que a comunicação oficial foi devidamente encaminhada
84 à CPSE; afirmou acreditar que será dado o devido conhecimento a esta instância; 02em
85 seguida, com a palavra, a Sra. Sueli Guerreiro Morales, representante titular da
86 Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento no CMPU e Coordenadora de
87 Participação Social da SMUL, apresentou os informes referentes às Oficinas dos Planos
88 de Ação das Subprefeituras, destacando que os trabalhos referem-se à elaboração dos
89 Planos de Ação das Subprefeituras para o período de 2026 a 2029, conhecidos como
90 PAS, em conjunto com o Plano Municipal de Saneamento Hídrico Integrado – PMSHI;
91 informou que até a data da reunião haviam sido realizadas oficinas em 30
92 subprefeituras, sendo a 31ª agendada para ocorrer na data da presente reunião, na
93 Subprefeitura da Mooca, e a última, correspondente à Subprefeitura da Sé, prevista para
94 o dia 8 de setembro, na Praça das Artes; ressaltou a ampla participação social, com um
95 total de 1126 munícipes envolvidos e 1279 propostas registradas; apresentou a
96 metodologia das oficinas, baseada em dois blocos temáticos – “habitar” e “conviver” –
97 com dinâmicas participativas que envolvem o uso de mapas para identificação territorial
98 e proposição de demandas e soluções; frisou que todas as oficinas seguiram a mesma
99 dinâmica, com distribuição de materiais de apoio, como livretos específicos por
100 subprefeitura, que incluíam dados e gráficos com as principais demandas locais
101 levantadas por meio da plataforma Participe+; esclareceu que os participantes podiam
102 registrar suas contribuições presencialmente ou por meio da plataforma, que
103 permaneceria aberta até 31 de agosto; informou que o processo contou com a
104 formação de 179 servidores como oficinheiros, divididos entre equipes da SMUL e das
105 subprefeituras; destacou que os principais temas levantados nas oficinas foram
106 equipamentos públicos, meio ambiente e mobilidade; finalizou convidando os presentes
107 a participarem das próximas oficinas e agradeceu o envolvimento e interesse
108 demonstrado pelos munícipes; na sequência, com a palavra, a Presidente, Sra. Elisabete
109 França, agradeceu a apresentação realizada e ressaltou o esforço conjunto e a
110 dedicação das equipes envolvidas, destacando o comprometimento da Prefeitura de São
111 Paulo com a participação social e o diálogo com a sociedade; agradeceu de forma
112 especial à equipe da SMUL, na pessoa da Sra. Sueli Guerreiro Morales, Coordenadora de
113 Participação Social, e sua equipe, bem como à equipe do PLANURB, representada pelo
114 Sr. Guilherme Iseri de Brito, Coordenador do trabalho; registrou também
115 agradecimentos ao Secretário das Subprefeituras, Sr. Fabrício Cobra, e aos
116 representantes das subprefeituras pelo engajamento nas oficinas, citando ainda a
117 realização de seminário com os prefeitos das subprefeituras para apresentação da
118 metodologia; agradeceu à equipe do saneamento, na pessoa do Sr. Diego Leite, da
119 SMUL, e à equipe da ONU-Habitat, representada pelo Sr. Lucas Ferreira, parceira na
120 elaboração do plano de saneamento; informou que as mais de mil propostas recebidas
121 nas oficinas serão sistematizadas em cadernos que ficarão disponíveis para consulta no
122 site da gestão urbana; destacou a importância da escuta ativa dos munícipes nas
123 subprefeituras e a relevância da ampliação dos mecanismos de participação; por fim,
124 convidou os presentes a participarem das duas últimas oficinas, na Mooca e na Sé, bem



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

125 como do seminário “Urbanismo em Pauta”, a ser realizado em parceria entre a SMUL e a
126 Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, na sexta-feira seguinte, com o
127 objetivo de discutir legislação urbana, o Plano Diretor, o zoneamento e demais
128 instrumentos de planejamento da cidade; agradeceu à Câmara dos Vereadores e à
129 Escola do Parlamento pela oportunidade de ampliar o debate junto à população; em
130 seguida, com a palavra, o Sr. Carlos Alberto Moraes da Silva, Suplente do Conselho
131 Municipal da Pessoa com Deficiência – CMPD, esclareceu estar presente na qualidade
132 de Conselheiro Titular e apresentou sugestão, em nome do segmento das pessoas com
133 deficiência, solicitando a realização de uma oficina específica voltada ao referido
134 conselho; ressaltou que a participação das pessoas com deficiência requer dinâmicas
135 próprias, dado o caráter diverso dos perfis e demandas, com representantes oriundos de
136 diferentes regiões da cidade de São Paulo; reforçou que a proposta já havia sido
137 mencionada em reunião anterior e propôs duas possibilidades para viabilização da
138 oficina: uma durante a semana, com a participação das conselheiras e conselheiros do
139 CMPD, ou uma plenária ampliada a ser realizada em um sábado, permitindo maior
140 participação e produtividade; finalizou consultando sobre a viabilidade da proposta para
141 levá-la formalmente ao CMPD e organizar a realização da atividade; em resposta, a
142 Presidente, Sra. Elisabete França, considerou a proposta uma ótima ideia e informou
143 que a Sra. Sueli Guerreiro Morales já havia concordado com a sugestão,
144 comprometendo-se a organizar a referida oficina em conjunto com os representantes
145 do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência; na sequência, com a palavra, a Sra.
146 Laurita Salles, representante do Conselho Participativo Municipal de Pinheiros,
147 vinculada à macrorregião Oeste, iniciou agradecendo aos funcionários responsáveis pela
148 organização das oficinas, relatando sua participação em algumas delas, incluindo a
149 realizada em Pinheiros, onde pôde observar o interesse expressivo da população;
150 destacou que, embora esta tenha sido sua primeira experiência participando da
151 elaboração de um Plano de Ação das Subprefeituras enquanto Conselheira, reconheceu
152 a importância do processo; contudo, manifestou preocupação quanto à limitação do
153 formato adotado, considerando que a realização de apenas uma oficina por
154 subprefeitura é insuficiente, especialmente diante da complexidade dos temas
155 abordados, que incluem desde educação e meio ambiente até drenagem urbana; sugeriu
156 que fosse realizada ao menos uma oficina por distrito, além da necessidade de tratar
157 separadamente a temática da drenagem, dada sua gravidade; citou como exemplo a
158 região da Breguária, em que há resistência da população local às soluções pontuais
159 propostas pela Prefeitura, defendendo que essas ações não resolvem os problemas
160 estruturais, especialmente diante do processo intenso de verticalização urbana; concluiu
161 afirmando que os cidadãos têm plena capacidade de participar de debates mais amplos
162 e estruturais sobre a cidade, sendo necessário valorizar e ampliar esses espaços de
163 discussão; em seguida, durante os debates, o representante titular da Universidade
164 Nove de Julho – UNINOVE, Sr. Daniel Todtmann Montandon, indagou sobre a
165 possibilidade de haver uma devolutiva referente aos apontamentos e dúvidas
166 levantados em reunião anterior a respeito do Programa de Metas da Prefeitura



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

167 Municipal da Cidade de São Paulo; em réplica, a Secretária Executiva esclareceu que, em
168 relação ao Programa de Metas apresentado na 87ª e 88ª Reunião Ordinária, realizadas
169 respectivamente em 24 de abril de 2025 e 10 de julho de 2025, a competência para
170 avaliação dos apontamentos ficou a cargo das respectivas Secretarias, contudo, até o
171 momento, não houve retorno formal ao Conselho Municipal de Política Urbana –
172 CMPU; diante disso, o Conselheiro reiterou a solicitação para que seja registrada em ata
173 a necessidade de devolutiva oficial ao CMPU; em seguida, com a palavra, a Secretária
174 Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, deu encaminhamento ao próximo item da
175 pauta, de número três, referente à nova governança da Política Municipal de Segurança
176 Hídrica no âmbito da SMUL e às etapas de construção do Plano Municipal de
177 Saneamento Ambiental Integrado – PMSAI; informou que a apresentação seria realizada
178 pelo Coordenador de Segurança Hídrica da SMUL, Sr. Diego Leite; em seguida, com a
179 palavra, o Sr. Diego Leite, SMUL, servidor de carreira da Prefeitura, apresentou-se como
180 integrante da carreira de Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental,
181 destacando seu histórico de atuação em diversas Secretarias, como Esportes,
182 Transportes e SEAB, estando atualmente na Secretaria Municipal de Urbanismo e
183 Licenciamento desde o início do ano; ressaltou sua atuação na temática da Política de
184 Segurança Hídrica e no processo de construção do Plano Municipal de Saneamento
185 Ambiental Integrado; em seguida, apresentou o Sr. Lucas Ferreira, ONU-Habitat,
186 coordenador da frente de trabalho referente ao plano de saneamento, no âmbito da
187 parceria entre a Prefeitura e a organização; com a palavra, o Sr. Diego Leite informou
188 que a ONU-Habitat também atua na elaboração do Plano de Gestão Integrada de
189 Resíduos Sólidos; na sequência, apresentou à organização da exposição, que abordaria o
190 conceito de segurança hídrica, a política municipal correspondente, as previsões do PDE
191 sobre o tema e os avanços na elaboração do plano; deu prosseguimento explicando que
192 a segurança hídrica, conforme a Lei Municipal 17.104/2019, está relacionada à garantia
193 de acesso à água em quantidade e qualidade suficientes, sendo resultado da integração
194 entre diversas políticas municipais como saneamento, meio ambiente, gestão de
195 resíduos, saúde, uso do solo e defesa civil, com transparência e controle social; destacou
196 que o Plano de Saneamento Ambiental Integrado é um desdobramento da política de
197 segurança hídrica e que sua construção exige articulação com outras políticas setoriais
198 como habitação e infraestrutura; em seguida, detalhou as ações previstas na lei para a
199 garantia da segurança hídrica, como política municipal de saneamento básico, saúde,
200 revitalização de corpos d'água, uso de águas não potáveis, defesa civil, áreas de risco,
201 mudanças climáticas, transparência e plano de resíduos sólidos; com a palavra, o Sr.
202 Diego Leite apresentou o histórico da política, desde a criação da comissão de
203 segurança hídrica em 2019 até a instituição do Comitê Municipal de Segurança Hídrica
204 em 2023, por meio do Decreto 62.690, com a participação de várias Secretarias. em
205 seguida, relatou a criação da Coordenadoria de Segurança Hídrica (COSH) em 2024
206 como braço operacional do Comitê, e a posterior transferência do Comitê e da
207 Coordenadoria para a estrutura da SMUL, por decreto de maio de 2025; em
208 continuidade, destacou que em junho de 2025 teve início a elaboração do plano com



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

209 equipe fixa da ONU-Habitat e consultores externos. em seguida, tratou das previsões
210 do Plano Diretor Estratégico (PDE) relativas ao saneamento ambiental, como a
211 integração com demais planos e leis, detalhamento dos componentes (abastecimento de
212 água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos), metas de universalização até
213 2039, programas, ações, investimentos, ações emergenciais, sistema de monitoramento
214 e avaliação de resultados e qualidade urbana e ambiental; com a palavra, o Sr. Diego
215 Leite relacionou o Comitê de Segurança Hídrica ao CMPU, destacando que o CMHS
216 atua como parceiro na política de desenvolvimento urbano mais ampla e que, além do
217 plano de saneamento, será elaborado o Relatório de Segurança Hídrica; em seguida,
218 informou que a atual etapa do plano é o diagnóstico, com análise de dados da
219 concessionária de serviços de água e esgoto e identificação preliminar de problemas e
220 desigualdades territoriais; ressaltou desafios como crise hídrica, poluição de
221 reservatórios, coleta e tratamento de esgoto, perdas, ligações cruzadas entre redes,
222 poluição difusa e ocupações em áreas de mananciais; concluiu apontando a gravidade
223 dos problemas e a necessidade de aprofundamento da análise e de enfrentamento
224 efetivo das questões identificadas; em seguida, com a palavra, o Sr. Diego Leite, SMUL,
225 apresentou mapas com as primeiras análises realizadas para o território do Município de
226 São Paulo, abordando os componentes de água, esgoto, drenagem e gestão de resíduos
227 sólidos; informou, por exemplo, a apresentação de recorte por distrito, evidenciando os
228 déficits de atendimento em abastecimento de água e esgotamento sanitário; ressaltou
229 que se tratam de análises preliminares, em fase de aprofundamento, com previsão de
230 consideração de novos recortes territoriais, como bacias de esgotamento e territórios
231 de favelas e comunidades urbanas; em seguida, abordou a inclusão de dados sobre
232 drenagem, como pontos de inundação e alagamento, mencionando a incorporação dos
233 cadernos de bacia da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB),
234 reconhecendo o trabalho extenso desta área; com a palavra, o Sr. Diego Leite tratou
235 também da gestão de resíduos sólidos, com análise dos pontos de descarte irregular de
236 resíduos e o cruzamento dessas informações com outras vulnerabilidades territoriais,
237 como ocorrências simultâneas de alagamentos; reforçou que o desafio do plano é
238 promover a integração dos quatro componentes, possibilitando um diagnóstico mais
239 preciso dos déficits acumulados e da inter-relação entre os mesmos; com a palavra, o Sr.
240 Diego Leite, SMUL, informou que as informações relativas ao plano de saneamento
241 ambiental integrado, bem como aos direcionamentos do plano de resíduos, este último
242 de responsabilidade da Secretaria do Verde, estão reunidas em uma página específica
243 no âmbito da plataforma Gestão Urbana; em seguida, esclareceu que essa página foi
244 recentemente desenvolvida e que nela estarão concentradas todas as informações
245 relativas às etapas de construção do plano, próximos passos e etapas de participação
246 social; em seguida, com a palavra, a Sra. Renata Esteves de Almeida Andretto,
247 Associação de Bairro 2, manifestou cumprimento aos presentes e dirigiu-se ao Sr. Diego
248 Leite, SMUL, solicitando esclarecimento quanto ao conceito de segurança hídrica
249 adotado no estudo e no trabalho que está sendo desenvolvido pela equipe técnica; em
250 sequência, com a palavra, o Sr. Diego Leite, SMUL, esclareceu que, em 2019, foi



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

251 instituída uma lei municipal que estabelece a política de segurança hídrica no Município
252 de São Paulo; informou que tal legislação define o conceito de segurança hídrica
253 aplicável à cidade, tendo em vista que existem múltiplos conceitos sobre o tema,
254 inclusive da ONU, voltados a diferentes escalas territoriais; acrescentou que o conceito
255 adotado para o município está presente no início da apresentação e foi definido pelo
256 legislador à época, estando diretamente relacionado à integração, em escala municipal,
257 das políticas públicas de meio ambiente, infraestrutura e saneamento; concluiu
258 destacando que esse é o conceito utilizado nos trabalhos em curso na SMUL; om a
259 palavra, o Sr. José André de Araujo, Associação de Bairro 4, após cumprimentar os
260 presentes, dirigiu-se ao Sr. Diego Leite, SMUL, expressando preocupação quanto à
261 ausência, na apresentação, de abordagem específica sobre a educação para o uso
262 racional da água, destacando a necessidade de esclarecimento da população quanto à
263 finitude do recurso; em seguida, mencionou a importância da adaptação dos prédios
264 públicos, como as escolas, para captação e reaproveitamento da água da chuva; na
265 sequência, manifestou inquietação quanto à privatização da Sabesp e os impactos na
266 autonomia municipal para formulação e execução da política de saneamento básico,
267 considerando que atualmente essa política está organizada por unidades regionais de
268 água e esgoto, o que exigiria abordagem em escala metropolitana; prosseguiu indagando
269 sobre as adaptações implementadas pelo Município de São Paulo frente às mudanças
270 climáticas, diante da redução da capacidade dos reservatórios e da poluição por metais
271 pesados nos mananciais Guarapiranga e Billings; por fim, solicitou explanação detalhada
272 sobre a questão dos vazamentos na rede de distribuição, mencionando que Comissão
273 Parlamentar identificou perdas de 27% a 33% do volume de água, atribuídas à má
274 conservação das tubulações; em seguida, com a palavra, a Sra. Rita de Cássia Santos,
275 Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sul 2, após cumprimentar os presentes,
276 identificou-se como residente do bairro Pedreira e suplente do segmento; manifestou
277 preocupação quanto à ausência, na apresentação do Sr. Diego Leite, SMUL, de menção
278 a parcerias com o Governo do Estado, destacando que o enfrentamento das questões
279 relativas à segurança hídrica não poderia ser realizado unicamente pelo Município;
280 relatou as condições críticas da região onde reside, nas proximidades do terminal
281 hidroviário e da Represa Billings, mencionando episódios de despejo noturno de esgoto
282 pela Sabesp, comprometendo a qualidade das águas, das nascentes e impactando
283 diretamente a saúde da população local devido ao forte odor e à contaminação;
284 concluiu solicitando esclarecimentos sobre como se pretende desenvolver o plano de
285 segurança hídrica sem intervenções ou articulações com outras esferas de governo,
286 sobretudo diante da incerteza sobre o papel da Sabesp após a privatização; em seguida,
287 com a palavra, a Sra. Presidente Elisabete França esclareceu à Sra. Rita de Cássia Santos
288 que a apresentação do Sr. Diego Leite tratou da estrutura do plano de saneamento;
289 informou que, para a efetiva implementação do plano, estão sendo realizadas ações
290 paralelas com apoio de grupos de trabalho; destacou que o primeiro grupo foi
291 constituído no âmbito do comitê, com participação de todas as subprefeituras e da
292 Sabesp; acrescentou que, visando alcançar a meta de universalização do saneamento



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

293 básico até 2029, a Sabesp encaminhou ao Município listagem das áreas carentes de
294 água, esgoto ou coleta, majoritariamente situadas nos bairros mais pobres; relatou que
295 foram reunidas contribuições de diversas secretarias, especialmente do Programa
296 Mananciais, além de levantamentos realizados pelas subprefeituras sobre as regiões sem
297 infraestrutura; informou que o grupo analisa essas áreas com base em critérios técnicos
298 para orientar a Sabesp quanto à implantação de sistemas de coleta e abastecimento;
299 explicou que, embora a concessão seja estadual, cabe ao Município indicar as diretrizes
300 das obras; ressaltou que há atenção especial às regiões da Guarapiranga e Billings;
301 informou ainda que a Sabesp firmou cerca de 40 contratos com empresas para dar início
302 às obras e que foram realizadas vistorias técnicas com subprefeitos e equipes da
303 Sabesp; complementou mencionando que foram identificadas deficiências nas estações
304 elevatórias da região, tendo a Sabesp contratado novas unidades e iniciado estudos
305 voltados à busca por alternativas de tratamento que reduzam a necessidade de
306 direcionar o esgoto até Barueri; por fim, comunicou que o diagnóstico contendo todas
307 essas informações deverá ser disponibilizado nas próximas semanas no site do plano de
308 saneamento; em seguida, com a palavra, o Sr. Marcelo de Souza, Conselho Participativo
309 Municipal Macrorregião Leste 1, após cumprimentar os presentes, dirigiu-se ao Sr.
310 Diego Leite, SMUL, solicitando esclarecimentos sobre o conceito adotado pela equipe
311 técnica quanto à revitalização de córregos e rios; mencionou que, em décadas
312 anteriores, o enfoque era voltado à canalização, mas que atualmente há avanços, como
313 os parques lineares; destacou, no entanto, que o problema dos córregos permanece
314 sendo um desafio significativo na cidade, com maior ou menor intensidade conforme a
315 região; relatou que, ao apresentar demandas ao Conselho Participativo Municipal (CPM)
316 relacionadas a essa temática, a justificativa para a não aceitação é, muitas vezes, a
317 ausência de alagamentos; argumentou que há outros problemas igualmente relevantes,
318 como assoreamento, degradação ambiental e riscos à segurança dos munícipes,
319 incluindo possibilidade de interdição de imóveis pela Defesa Civil; concluiu reiterando o
320 pedido de esclarecimento sobre o conceito de revitalização que está sendo utilizado no
321 plano em elaboração; em seguida, com a palavra, a Sra. Márcia Renata Itani, Suplente da
322 Secretaria de Estado do Meio Ambiente, identificando-se como servidora de carreira da
323 pasta, atuando como especialista ambiental, parabenizou o Sr. Diego Leite, SMUL, pela
324 qualidade da apresentação e pelos dados apresentados; informou que, pela Secretaria
325 de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL), está à
326 frente do projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado, cujo eixo
327 estratégico inclui a segurança hídrica; destacou que o projeto contempla diagnósticos e
328 cenários para 2040, bem como projeções climáticas desenvolvidas em parceria com o
329 Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; afirmou que, embora os dados
330 municipais sejam bastante detalhados, os dados produzidos pela SEMIL relativos ao
331 estado e à região metropolitana podem convergir com os diagnósticos e prognósticos
332 municipais, fortalecendo os estudos em curso; colocou-se à disposição, juntamente com
333 seu coordenador, por meio do Departamento de Articulação de Municípios, para
334 contribuir no fortalecimento da agenda ambiental local e no que mais for necessário; em



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

335 seguida, com a palavra, o Sr. Diego Leite, SMUL, agradeceu pelas perguntas e
336 considerações; iniciou sua resposta ao Sr. José André de Araujo, Associação de Bairro 4,
337 destacando que a proposta do plano de saneamento é ampliar a abordagem
338 tradicionalmente centrada apenas em infraestrutura, incorporando temas como
339 educação ambiental e uso racional da água; afirmou que essas questões trazidas pelo
340 conselheiro deverão ser contempladas no plano, considerando um olhar mais
341 abrangente e integrado; em sequência, tratou das mudanças climáticas, informando que
342 há um consultor específico atuando no plano com essa temática; explicou que o
343 trabalho deste profissional está voltado à análise dos instrumentos de planejamento
344 existentes, como o Plano Clima municipal e o plano estadual de enfrentamento às
345 mudanças climáticas; ressaltou que esses documentos já apresentam projeções futuras
346 sobre vulnerabilidades territoriais relacionadas a ilhas de calor, secas prolongadas e
347 eventos extremos de chuva, e que esses elementos serão incorporados na análise do
348 território com vistas à formulação de propostas de adaptação; ao responder ao Sr.
349 Marcelo de Souza, Conselho Participativo Municipal Macrorregião Leste 1, sobre a
350 revitalização de córregos, informou que o Município integra atualmente a Unidade
351 Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário
352 (URAE 1), composta por 371 municípios, com contrato firmado com a Sabesp; destacou
353 que um dos programas estruturantes previstos nesse contrato é o “Córrego Limpo”, que
354 visa resolver as causas da poluição por meio de intervenções como ligações de esgoto e
355 implantação de redes, seguido de monitoramento da qualidade da água, com base em
356 parâmetros como a Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO); ressaltou que o município
357 tem responsabilidade de cobrar a efetiva implementação do programa, mesmo no novo
358 contexto de privatização da Sabesp, e que a execução das ações envolve também a
359 colaboração de secretarias como SIURB e SVMA; ao tratar das questões contratuais,
360 esclareceu que a gestão do contrato com a Sabesp é responsabilidade da Secretaria
361 Municipal de Planejamento (CPLAN), que preside o comitê gestor do contrato por dois
362 anos, estando atualmente no fim do primeiro ano de gestão; mencionou que a atuação
363 da SMUL está mais voltada ao planejamento territorial e coordenação técnica no âmbito
364 do plano; por fim, referindo-se à manifestação da Sra. Márcia Renata Itani, Suplente da
365 Secretaria de Estado do Meio Ambiente, reiterou a importância da parceria com o
366 governo estadual, destacando a atuação da SEMIL como secretariado executivo das
367 questões relacionadas ao contrato com a Sabesp; concluiu manifestando interesse em
368 estabelecer diálogo com a SEMIL para futuras parcerias, agradecendo pela disposição
369 manifestada pela conselheira; com a palavra, o Sr. Guilherme Henrique Fatorelli
370 Del’Arco, Tit., SP-Urbanismo, que iniciou sua manifestação saudando os presentes e
371 seguida, apresentou o Concurso Nacional de Projeto de Mobiliário Urbano para a
372 Cidade de São Paulo, cujo edital foi publicado no dia 25 de setembro de 2025; destacou
373 que o certame é fruto de trabalho conjunto entre a SMUL e a SP-Urbanismo; informou
374 que o concurso já se encontra disponível no site indicado no QR Code distribuído, sendo
375 também divulgado nas redes sociais da SP-Urbanismo e SMUL; ressaltou que o edital e
376 o termo de referência estão disponíveis no portal; em sequência, explicou que os



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

377 estudos iniciais começaram em janeiro do mesmo ano com o intuito de posicionar o
378 mobiliário urbano dentro da política urbana por meio do Plano Diretor Estratégico –
379 PDE; mencionou que o artigo 240 do PDE estabelece que o Executivo deve
380 regulamentar a instalação do mobiliário urbano nos passeios públicos e vias de pedestre,
381 sendo esta regulamentação feita por meio do Decreto nº 59.671/2020, que também
382 define o conceito de mobiliário urbano com base na Lei Cidade Limpa; apontou que o
383 Decreto e a referida lei identificam as funções urbanísticas do mobiliário, como
384 ordenamento da paisagem, descanso, lazer, comunicação, entre outras; destacou que a
385 CPPU é a instância competente para deliberar sobre a implantação e homologação do
386 mobiliário urbano; esclareceu que a SP-Urbanismo atua na promoção do concurso por
387 força de suas atribuições legais na política urbana do município; em seguida, relatou a
388 constituição do Grupo de Trabalho Intersecretarial – GTMEU, com o objetivo de
389 elaborar diretrizes para um portfólio de mobiliário urbano; informou que o GT é
390 composto por diversas secretarias, incluindo SMUL, SMSUB, SVMA, SIURB, SMPED,
391 SP-Regula, SPObras, SEAB e a Secretaria Executiva do Programa Mananciais; frisou que
392 o GT definiu diretrizes aplicadas no edital do concurso e seguirá ativo para
393 desenvolvimento de novos estudos e atualizações normativas; em seguida, listou os
394 documentos de referência utilizados, como o Manual de Desenho Urbano e Obras
395 Viárias, o Guia de Boas Práticas, e os parâmetros da ONU-Habitat; retomou a
396 experiência do concurso anterior, realizado em 2016, ressaltando que este resultou em
397 importantes contribuições conceituais, algumas das quais foram implantadas na cidade;
398 relatou o diagnóstico realizado pela equipe em relação à manutenção, funcionalidade e
399 necessidade de reposição dos mobiliários existentes; destacou que a cidade demanda
400 soluções diversas e que o concurso atual busca ampliar o portfólio com base em
401 critérios como identidade paulistana, sustentabilidade, funcionalidade e viabilidade de
402 implantação; explicou a modelagem do concurso, estruturado em três fases: estudos
403 preliminares, desenvolvimento de protótipos e projetos básicos; mencionou que foram
404 definidos três grupos de mobiliário como escopo do concurso: grupo 1 – utilidade
405 pública com infraestrutura integrada; grupo 2 – mobiliário tradicional; grupo 3 –
406 elementos de paisagem e adaptação climática; e grupo 4 – mobiliário lúdico, ainda em
407 fase de avaliação junto à Secretaria da Primeira Infância; explicou que as propostas
408 devem atender a três linhas temáticas: diversidade dos territórios e identidade
409 paulistana; inclusão e integração no espaço público; e adaptação climática com
410 sustentabilidade; esclareceu que a participação no concurso é voltada a arquitetos e
411 engenheiros com registro profissional regular, podendo concorrer como pessoa física,
412 jurídica ou em equipe; informou que a comissão julgadora será composta por 7
413 membros de diversas instituições públicas e privadas, além de dois suplentes; descreveu
414 as fases e prazos do concurso, destacando que haverá participação popular na avaliação
415 dos protótipos por meio de QR Code, cuja pontuação subsidiará o julgamento final;
416 detalhou os critérios de julgamento, como aderência às temáticas, originalidade, clareza,
417 ergonomia, exequibilidade e sustentabilidade; finalizou recomendando a leitura do
418 termo de referência, que contém, além de diretrizes normativas, um panorama histórico



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

419 do mobiliário urbano na cidade, desde o projeto do “orelhão” até iniciativas da EMURB
420 nos anos 1990; encerrou a apresentação agradecendo a atenção e colocando-se à
421 disposição para esclarecimentos; em seguida, com a palavra, o Sr. Eduardo Della Manna,
422 Sup., Setor Empresarial – Fecomércio/SP, que iniciou parabenizando o Sr. Guilherme
423 Del’Arco pela apresentação; destacou sua trajetória de 35 anos acompanhando políticas
424 públicas e urbanas, manifestando preocupação quanto à descontinuidade das ações no
425 setor público; ressaltou que o concurso de mobiliário urbano realizado em 2016 ainda
426 possui propostas válidas e que, ao invés de iniciar um novo processo, talvez fosse mais
427 adequado retomar o estudo preliminar vencedor daquele certame e desenvolvê-lo até o
428 nível de projeto básico; apontou a importância de se manter a continuidade nas ações
429 de política urbana para garantir avanços efetivos; na sequência, comentou reunião
430 recente do Grupo de Gestão do Setor Central, que discutiu o plano de revitalização das
431 calçadas da região; lembrou o caso da Rua Sete de Abril, cuja revitalização recente
432 rapidamente se deteriorou, inclusive com equipamentos públicos destruídos; nesse
433 sentido, enfatizou a necessidade de se associar projetos de requalificação e mobiliário
434 urbano a planos públicos e intersecretariais de manutenção e conservação; sugeriu que
435 esse plano seja acessível à população e a todas as secretarias municipais, contendo
436 referências claras, memoriais e diretrizes técnicas para os procedimentos de
437 conservação e substituição dos equipamentos em caso de danos; finalizou reiterando a
438 sugestão de se dar continuidade ao projeto vencedor de 2016, ao invés de reiniciar o
439 processo com novo concurso, agradecendo pela atenção; em sequência, com a palavra,
440 o Sr. Carlos Alberto Moraes da Silva, Sup., CMPD – Conselho Municipal da Pessoa com
441 Deficiência, que parabenizou o Sr. Guilherme Del’Arco pela apresentação e expressou
442 interesse no conteúdo exposto; questionou se o edital do concurso de mobiliário urbano
443 foi previamente apresentado ao CMPD, observando que, ao menos ao referido
444 conselho, tal consulta não foi realizada; destacou que, embora o edital trate da
445 Acessibilidade, é necessário observar que o conceito de desenho universal vai além do
446 atendimento exclusivo a pessoas com deficiência motora ou visual; frisou que o
447 desenho universal deve contemplar também idosos, gestantes, pessoas com mobilidade
448 reduzida e pessoas neurodivergentes, como aquelas com Transtorno do Espectro
449 Autista – TEA; enfatizou a importância de mobiliários lúdicos sensoriais e que elementos
450 como piso tátil não devem ser intertravados, pois esses acabam por criar obstáculos ao
451 invés de facilitar o deslocamento; reforçou que essa prática não segue a norma vigente,
452 ainda que adotada por arquitetos e pelo poder público; abordou ainda a importância de
453 pensar na acessibilidade nas periferias da cidade, citando como exemplo as guias
454 rebaixadas de São Mateus, que há décadas não recebem manutenção adequada e se
455 tornam barreiras para usuários de cadeiras de rodas; nesse contexto, sugeriu que a
456 equipe responsável pelo concurso apresente o projeto ao CMPD, ainda que o edital já
457 tenha sido publicado, de modo que se possa discutir os aspectos relacionados à
458 Acessibilidade e ao desenho universal com profundidade e representatividade; ressaltou
459 que a Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA e a Secretaria Municipal da
460 Pessoa com Deficiência foram ouvidas, mas que o CMPD, enquanto instância



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

461 representativa, deveria ter sido igualmente considerado; finalizou estendendo convite
462 formal ao Sr. Guilherme Del’Arco para apresentação e diálogo com o conselho,
463 reforçando a importância de uma abordagem inclusiva que contemple toda a população,
464 especialmente aquela residente nas periferias da cidade; em seguida, com a palavra, a
465 Sra. Laurita Ricardi, Tit., CPM – Conselho Participativo Municipal, que iniciou sua
466 manifestação relatando que havia divulgado o concurso de mobiliário urbano entre
467 integrantes do CAD e do CPPM de Pinheiros, os quais demonstraram interesse em uma
468 proposta específica relacionada a pontos de ônibus; esclareceu que a ideia era
469 desenvolver um modelo de mobiliário que contemplasse banco e cobertura (telhado)
470 para abrigos de transporte coletivo; entretanto, ao consultar rapidamente o material do
471 concurso, observou que tal proposta não parecia estar contemplada nos grupos
472 definidos no edital; por essa razão, dirigiu-se ao Sr. Guilherme Del’Arco para esclarecer
473 se esse tipo de equipamento estaria ou não incluído entre os objetos passíveis de
474 desenvolvimento no certame, solicitando orientação quanto à possibilidade de
475 submissão de propostas nesse sentido; em resposta, com a palavra, o Sr. Guilherme
476 Henrique Fatorelli Del’Arco, Tit., SP-Urbanismo, que iniciou agradecendo pelas
477 manifestações e esclarecendo os pontos levantados; quanto à consideração do Sr.
478 Eduardo Della Manna, Sup., Setor Empresarial – Fecomércio/SP, afirmou que o
479 concurso de 2016 foi devidamente analisado e que, embora tenha resultado em
480 propostas interessantes no campo conceitual, enfrentou dificuldades práticas na fase de
481 implementação, especialmente quanto à compatibilidade com os processos licitatórios;
482 explicou que, para superar essa limitação, o atual concurso foi estruturado de forma a
483 incluir projetos em nível básico, o que permite sua adoção direta em licitações,
484 reduzindo o risco de interpretações distintas por parte das empresas executoras;
485 informou que o plano de manutenção dos equipamentos urbanos está sendo
486 desenvolvido no âmbito do GT Intersecretarial (GTMEU), com envolvimento ativo das
487 subprefeituras e que esse trabalho está em andamento; em seguida, dirigindo-se ao Sr.
488 Carlos Alberto Moraes da Silva, Sup., CMPD, reconheceu que, embora o projeto tenha
489 sido apresentado à Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA, o mesmo não
490 ocorreu com o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – CMPD; comprometeu-
491 se a realizar essa apresentação, mesmo com o edital já publicado, reiterando que todos
492 os aspectos normativos e diretrizes de desenho universal foram considerados com rigor
493 na elaboração do termo de referência; destacou ainda que a segunda linha temática do
494 concurso trata especificamente de inclusão e acessibilidade, e que a própria presidente
495 da CPA, Sra. Silvana, integrará a comissão julgadora, o que assegura uma avaliação
496 técnica e sensível às diretrizes de acessibilidade e desenho universal; por fim,
497 respondendo à indagação da Sra. Laurita Ricardi, Tit., CPM, esclareceu que o mobiliário
498 urbano voltado a abrigos de transporte público, como pontos de ônibus com banco e
499 cobertura, não integra o escopo do concurso em razão de já estar regulamentado e sob
500 responsabilidade da SPObras, a qual atua junto à concessionária encarregada desses
501 equipamentos; informou que, por esse motivo, tais elementos não puderam ser
502 incluídos entre os grupos de mobiliário previstos no edital; em seguida, com a palavra, a



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

503 Sra. Paula Abud, Sup., Conselho Participativo Municipal – Macrorregião Oeste, que
504 iniciou sua intervenção apresentando-se como arquiteta e conselheira tanto do
505 Conselho Participativo Municipal quanto do CMPU; indagou se, na condição de
506 conselheira, haveria impedimento para sua participação no concurso de mobiliário
507 urbano promovido pela SP-Urbanismo, manifestando interesse em compreender os
508 critérios de elegibilidade estabelecidos no edital; em resposta, com a palavra, o Sr.
509 Guilherme Henrique Fatorelli Del'Arco, Tit., SP-Urbanismo, que agradeceu a indagação
510 da Sra. Paula Abud, Sup., CPM – Macrorregião Oeste, e orientou que a dúvida quanto à
511 elegibilidade de conselheiros para participação no concurso seja formalmente
512 encaminhada por meio da ferramenta de pedido de esclarecimento disponível na
513 plataforma online do certame; explicou que, ao receber a consulta, a equipe do
514 concurso fará a devida análise, inclusive junto ao setor jurídico, a fim de verificar a
515 possibilidade de participação ou eventual impedimento; esclareceu ainda que todos os
516 pedidos de esclarecimento enviados pela plataforma são reunidos em um bloco de
517 respostas, posteriormente publicado no site oficial do concurso e anunciado no Diário
518 Oficial, ressaltando que as respostas não são encaminhadas diretamente por e-mail, mas
519 ficam disponíveis para consulta pública, sendo o envio confirmado eletronicamente no
520 ato da solicitação; Por fim, em complemento às comunicações gerais, foi comunicada a
521 ausência justificada conforme Art. 6º da Resolução SMUL.ATECC.CMPU/001/2025
522 (Regimento Interno) da Sra. Marilene Ribeiro de Souza (Suplente) da UMM, bem como
523 ciência dos processos SEI nº 6068.2025/0007737-8 referente ao Ofício PJHURB nº
524 5401/25 - 1º PJHURB que trata sobre Ausência de participação social no planejamento
525 urbano – CMPU, e SEI nº 6068.2025/0007724-6 referente ao e-mail que trata sobre
526 Requerimentos de Conselheiros da Sociedade Civil - Grupo de Trabalho em
527 Metodologia da Participação Social para o Planejamento, Monitoramento e Avaliação de
528 Políticas Públicas do Conselho Municipal de Política Urbana; Foi comunicado ainda, que
529 a reunião de outubro do CMPU será antecipada em razão do término do mandato em
530 23/10/2025 dos atuais Conselheiros(as) eleitos(as) da sociedade civil referente ao
531 biênio 2023/2025; Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Presidente
532 agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às 16h47min.

PRESIDÊNCIA

ELISABETE FRANÇA

PRESIDENTE

JULIA MAIA JEREISSATI
PRESIDENTE SUPLENTE

APOIO

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

TALITA CAVALARI VEIGA
SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

SUELI GUERREIRO MORALES
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

JACQUES FELIPE IATCHUK VIEIRA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)

BEATRIZ BRUNO MENDES

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEGES

AMANDA VANESSA MONACO PEIXOTO

SUPLENTE

SECRETARIA DE FINANÇAS - SF

LINCOLN DIOGO LIMA

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB

PATRÍCIA VIEIRA COSTA

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SMDHC

SYLVIA CAROLINA SILVA ARAGÃO CAETANO

SUPLENTE

SECRETARIA DE HABITAÇÃO- SEHAB



RENAN MASSABNI MARTINS

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES – SMT

MICHELE PEREA CAVINATO

TITULAR

RAFAEL MIELNIK

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS – SIURB

OSMAR DIAS DOS SANTOS

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA

LIGIA PINHEIRO DE JESUS

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO – SP URBANISMO



**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

GUILHERME HENRIQUE FATORELLI DEL'ARCO

TITULAR

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR – COHAB

DIOGO BASTISTA SOARES

TITULAR

MARIA JOSE GULLO

SUPLENTE

SOCIEDADE CIVIL
CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL

MACRORREGIÃO NORTE 1

MADAÍ MATIAS MELLO

SUPLENTE

MACRORREGIÃO LESTE 2

GILSON ALMEIDA BARRETO JUNIOR

SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO OESTE



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

PAULA ABUD

SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO CENTRO

AUGUSTO LUIZ DE ARAGÃO PESSIN

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE 1

MARCELO DE SOUZA

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE 2

ALEXANDRA FABIANE CAPORALLI

TITULAR

JOSÉ ZILDO ALMEIDA DA SILVA

SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 1



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

IVETE CECÍLIA MARABELLO FESTINO

TITULAR

JOSÉ EDUARDO TRINDADE CANEJO

SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 2

JONATHAN VILAR DA SILVA

TITULAR

RITA DE CÁSSIA SANTOS

SUPLENTE

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 1

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA (SAPP)

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 2

RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO (ASSAMPALBA)

TITULAR

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 4

JOSÉ ANDRÉ DE ARAUJO (UMPMA)

TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 1

ADRIANA BLAY LEVISKY (ASBEA-SP)

TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 2

JULIANA BRAGA PAVIATO (ABRAINC)

SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 4

BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT (ACSP)

TITULAR

EDUARDO DELLA MANNA (FECOMÉRCIO/SP)

SUPLENTE

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL - ONG

MARIA ELISA DO NASCIMENTO (DiverCidades)

SUPLENTE

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA 2

DANIEL TODTMANN MONTANDON (UNINOVE)

TITULAR

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS 1

ELOISE TORRES AMADO (CBCS)

TITULAR

MOVIMENTOS CULTURAIS

ANA LUIZA DALCIN ARAGÃO (CPC-UMES)

SUPLENTE

ENTIDADES RELIGIOSAS

SANDRA RAMALHOSO (MITRA)

TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMPD

CARLOS ALBERTO MORAES DA SILVA

SUPLENTE

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SECRETARIA
DE URBANISMO E
LICENCIAMENTO**

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

(ATU) MÁRCIA RENATA ITANI

SUPLENTE

MINUTA